



# BOLETIM OFICIAL

## SUMÁRIO

### **Assembleia Nacional:**

Secretaria-Geral.

### **Conselho de Ministros:**

#### **Resolução nº 54/2010: (II Série)**

Dando por finda a comissão de serviço, de Vargas Augusto Dias de Melo, técnico superior, licenciado em sociologia, mestrando em gestão educativa, das funções de Director do Departamento na área de formação do IEFP.

#### **Resolução nº 55/2010: (II Série)**

Nomeando Sandra Maria Lopes Furtado Mendonça de Oliveira, mestre em administração para em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Directora-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território.

### **Chefia do Governo:**

Direcção-Geral da Administração Pública.

### **Ministério da Infraestruturas, Transportes e Telecomunicações:**

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

### **Ministério da Saúde:**

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração.

### **Ministério dos Negócios Estrangeiros:**

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

### **Ministério das Finanças:**

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

### **Ministério da Justiça:**

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

### **Ministério do Turismo, Indústria e Energia:**

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

### **Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade Social:**

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

### **Ministério das Comunidades Emigradas:**

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Instituto das Comunidades.

### **Ministério da Educação e Desportos:**

Direcção dos Recursos Humanos.

Instituto Pedagógico.

### **Ministério do Ensino Superior Ciência e Cultura:**

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

### **Conselho Superior da Magistratura Judicial:**

Secretaria.

## ASSEMBLEIA NACIONAL

## RECTIFICAÇÕES

## Secretaria-Geral

Despacho de Sua Ex<sup>a</sup> o Presidente da Assembleia Nacional:

De 12 de Novembro de 2010:

É dada por finda, por conveniência de serviço, a comissão ordinária de serviço de Karine Correia Mendes Filipe de Sousa, nas funções de técnico superior, no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2010.

Karine Correia Mendes Filipe de Sousa, licenciada em ciências económicas, nomeada para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de assessora no Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV, nos termos do nº 4 do artigo 62º da Lei nº 42/V/97, de 30 de Dezembro, conjugado com alínea *a*) do nº 2 do artigo 39º da Lei nº 4/VI/2001, de 17 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2010.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no código 03.01.01.01 do orçamento privativo da Assembleia Nacional. (Isento do visto do Tribunal de Contas).

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, aos 16 Novembro de 2010. – O Secretário-Geral, *Eutrópio Lima da Cruz*

## —oço—

## CONSELHO DE MINISTROS

**Resolução nº 54/2010 (II Série)**

**de 24 de Novembro**

No uso da faculdade conferida pelo nº 2 do artigo 265º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo único

**Fim de comissão de serviço**

É dada por fim a comissão de serviço, de Vargas Augusto Dias de Melo, técnico superior, licenciado em sociologia, mestrando em gestão educativa, das funções de Director do Departamento na Área de Formação do Instituto de Emprego e Formação Profissional - IEFPP, com efeitos a partir de 31 de Outubro de 2010.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

*José Maria Pereira Neves*

Publique-se

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

**Resolução nº 55/2010 (II Série)**

**de 24 de Novembro**

No uso da faculdade conferida pelo nº 2 do artigo 265º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo Único

**Nomeação**

É nomeada Sandra Maria Lopes Furtado Mendonça de Oliveira, mestre em administração, para em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Directora-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, do Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território, nos termos do nº 1 do artigo 39º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho conjugado com os nºs 1 do artigo 3º e nº 1 do artigo 6º do Decreto-Legislativo nº 13/97 de 1 de Julho, com efeito a partir de 1 de Outubro de 2010.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

*José Maria Pereira Neves*

Publique-se

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

Por ter saído de forma inexacta a Resolução nº 52 e 53/2010, publicadas no *Boletim Oficial* II Série nº 45, de 10 de Novembro, rectifica-se.

Onde se lê:

**Resolução nº 52/2010**

«...

É nomeada, Vera Liliana Melo Fonseca Morais de Barros...do Instituto do Emprego e Formação Profissional.»

Deve ler-se:

**Resolução nº 52/2010**

«...

É nomeada, Vera Liliana Melo Fonseca Morais de Barros...do Instituto do Emprego e Formação Profissional, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2010»

Onde se lê:

**Resolução nº 53/2010**

«...

É nomeado, Vargas Augusto Dias de Melo...do Instituto do Emprego e Formação Profissional.»

Deve ler-se:

**Resolução nº 53/2010**

«...

É nomeado, Vargas Augusto Dias de Melo ...do Instituto do Emprego e Formação Profissional, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2010.»

Secretaria-Geral do Governo, aos 2 de Novembro de 2010. – O Secretário-Geral, *Carlos Alexandre Monteiro Reis*.

## —oço—

## CHEFIA DO GOVERNO

## SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## Direcção-Geral da Administração Pública

Despacho da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex<sup>a</sup> o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 16 de Agosto de 2010:

Humberto Horta Fernandes, fiscal da Câmara Municipal da Praia, - desligado de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos do nº 1, artigo 5º. do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito á pensão provisória anual de 715.296\$00 (setecentos e quinze mil, duzentos e noventa e seis escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho do Secretário-Geral do Ministério da Coordenação Económica de Janeiro de 1995, foi deferido o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação.

O montante em dívida no valor de 66.055\$00 (sessenta e seis mil e cinquenta e cinco escudos), poderá ser amortizada em 120 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 468\$00 e as restantes no valor de 551\$00.

De 23:

António Augusto Socorro de Brito Timas, professor primário, referência 3, escalão C, do Ministério da Educação e Desporto - desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º n.º 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º n.º 2 do Decreto-Legislativo 2/2004, de 29 de Março, com direito a pensão provisória anual de 556.944\$00 (quinhentos e cinquenta e seis mil, novecentos e quarenta e quatro escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho do Director-Geral da Contabilidade Pública de 3/08/2010, foi deferido o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação.

Do montante em dívida no valor de 276.729\$00 (duzentos e setenta e seis mil, setecentos e vinte e nove escudos), já foram amortizadas 185 prestações no valor de 115.825 (cento e quinze mil, oitocentos e vinte e cinco escudos), faltando ainda por liquidar o valor de 160.904\$00, (cento e sessenta mil, novecentos e quatro escudos).

De 27 de Setembro:

Domingas Mendes Ribeiro Costa, ajudante de serviços gerais, nível 1 da Universidade de Cabo Verde - desligada de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º, n.º 1, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito a pensão anual de 420.000\$00 (quatrocentos e vinte mil escudos) sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 16 de Julho de 2002, da Directora da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente a 8 anos, 2 meses e 21 dias.

A dívida no montante de 70.176\$00 (setenta mil, cento e setenta e seis escudos), deverá ser amortizada em 100 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 678\$00 e as restantes no valor de 702\$00.

(Visados pelo Tribunal de Contas, em 4 de Novembro de 2010.)

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no Capº 30.20, Div. 4º, Cód. 03.05.03.01.01, do orçamento vigente.

Direcção-Geral da Administração Pública, na Praia, aos 9 de Novembro de 2010. – A Directora. Geral, *Carmelita Salomé Santos*.

—o§o—

## MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS, TRANSPORTES E TELECOMUNICAÇÕES

### Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

#### RECTIFICAÇÃO

Por erro da Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão, foi publicada de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 45 II Série de 10 de Novembro o extracto do Despacho de S. Ex.ª o Ministro de Estado das Infraestruturas, Transportes e Telecomunicações, de 1 de Agosto de 2010, referente a nomeação em comissão ordinária de serviço de Osvaldo Mendes Semedo, condutor do Ministro de Estado e das Infraestruturas, Transportes e Telecomunicações, rectifica-se na parte que interessa:

Onde se lê.

Com efeitos a partir de Julho de 2010

Deve ler-se:

Com efeitos a partir de 1 de Julho de 2010.

Direcção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério das Infraestruturas, Transportes e Telecomunicações, na Praia, ao 22 de Novembro de 2010. – A Directora de Serviço, *Liliana Cardoso*.

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

### Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração

Despachos de S. Exª o Ministro do Estado e da Saúde:

De 31 de Maio de 2010:

Maria Isabel da Graça Silva Ramos Sanches, enfermeira geral, escalão II, índice 120, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, nomeada para em comissão de serviço desempenhar as funções de enfermeira superintendente do Hospital Dr. Agostinho Neto, ao abrigo do disposto nas alíneas a) do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 14/93, de 15 de Março por força do disposto no artigo 38º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 83/05, de 9 de Dezembro.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 10 de Novembro de 2010).

De 12 de Julho:

João Carlos Mira Godinho Pires Ferreira, médico especialista em cirurgia, nomeado provisoriamente para exercer o cargo de médico geral - escalão IV, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, ao abrigo do disposto no n.º 1 artigo 13º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o estabelecido no artigo 26º da Lei n.º 148/IV/95, de 7 de Novembro, com efeitos a partir da data do despacho, por urgente conveniência dos serviços.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 11 de Novembro de 2010).

De 31:

Elísio Humberto Silva, médico geral IV, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, nomeado para em comissão de serviço desempenhar as funções de Delegado de Saúde do Porto Novo, ao abrigo do disposto no artigo 14º alínea a) da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-Regulamentar nº 1/2006, de 16 de Janeiro, com efeitos a partir da data do despacho, por urgente conveniência dos serviços.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 10 de Novembro de 2010).

As despesas têm cabimento na verba inscrita no Cap. 1º Divisão 3º Código 03.0 1.04.02 do Orçamento do Ministério da Saúde.

Despacho do Director-Geral dos Recursos Humanos e Administração, por delegação de S. Exª o Ministro de Estado e da Saúde:

De 17 de Novembro de 2010:

António de Jesus Lopes Moreira, enfermeiro geral, escalão II, índice 120, do quadro do pessoal da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde - nomeado definitivamente no respectivo cargo nos termos do artigo 13º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

José Elídio Lopes Sanches, enfermeiro geral, escalão I, índice 125, do quadro do pessoal da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde - nomeado definitivamente no respectivo cargo nos termos do artigo 13º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, na Praia, aos 18 de Novembro de 2010. – O Director-Geral, *Mateus Monteiro Silva*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS  
ESTRANGEIROS

Direcção-Geral do Planeamento,  
Orçamento e Gestão

Despacho de S. Ex<sup>a</sup> o Ministro dos Negócios Estrangeiros:

De 16 de Abril de 2010:

Maria Fernanda Tavares Fernandes, conselheira de embaixada do 1º escalão, do quadro de pessoal diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que se encontrava de licença para acompanhamento de cônjuge, autorizado, a seu pedido, o regresso ao quadro de origem, nos termos do disposto no artigo 58º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, com efeitos imediatos.

A despesa tem cabimento na rubrica 03.01.01.02 - pessoal do quadro, no orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 18 de Outubro de 2010).

Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, na Praia, aos 11 de Novembro de 2010. – A Directora, *Maria Socorro Rodrigues de Melo Cruz*.

—oço—

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral do Planeamento,  
Orçamento e Gestão

Despacho de S. Ex<sup>a</sup> a Ministra das Finanças:

De 22 de Abril de 2010:

Pedro Coelho Vaz, verificador aduaneiro, referencia 8, escalão A, em serviço na Delegação Aduaneira da Furna, como chefe, seja dada a fim de comissão de serviço e colocado na Alfândega da Praia.

De 9 de Setembro:

Heldeberto Elisio de Almeida Ribeiro, reverificador referencia 11, escalão C do quadro da Direcção-Geral das Alfândegas, nomeado em comissão ordinária de serviço para exercer cargo de sub-Director da Alfândega da Praia ao abrigo da alínea c) do nº 2, do artigo 42º e do nº1 do artigo 43º do Decreto-Lei nº 73/95, de 21 de Novembro, conjugado com alínea b) do artigo 12º, alínea a) artigo 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Irlanda de Pina Lopes, escrituraria dactilógrafa, referência 2, escalão F, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, do Ministério das Finanças, é requisitada em comissão de serviço para desempenhar funções de secretária do Concelho de Administração da Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas, nos termos do artigo 8º do Decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de Dezembro conjugado com nº 3 do artigo 35º do Decreto-Lei 15/2008, de 8 de Maio.

Direcção-Geral de Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério das Finanças, na Praia, aos 19 de Novembro de 2010. – A Directora-Geral, *Elisa Helena Nascimento Monteiro*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração

Despacho de S. Ex<sup>a</sup> a Ministra da Justiça:

De 3 de Novembro de 2010:

Natacha Bonga Mosso Macedo Magalhães, licenciada em ciências da comunicação, dada por finda a comissão ordinária de serviço no cargo de assessora da Ministra da Justiça, por conveniência de serviço, ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 4º do Decreto-Legislativo nº 3/95 de 20 de Junho, com efeitos imediatos.

Direcção de Serviço dos Recursos Humanos da Direcção-Geral da Administração do Ministério da Justiça, 15 de Novembro de 2010. - O Director, *Filipe de Carvalho*.

—oço—

MINISTÉRIO DO TURISMO,  
INDÚSTRIA E ENERGIA

Direcção-Geral do Planeamento,  
Orçamento e Gestão

Despacho de S. Ex<sup>a</sup> a Ministra do Turismo, Indústria e Energia:

De 30 de Agosto de 2010:

Carla Andreia Duarte Soares Évora, licenciada em economia, nomeada provisoriamente para exercer o cargo de técnico superior, referencia 13, escalão A, do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Indústria e Comércio, do Ministério do Turismo, Indústria e Energia, nos termos da alínea c) do artigo 28º do Decreto-Lei n.º 86/92, de 16 de Julho, conjugado com o n.º 1 do artigo 13º da Lei 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

A despesa resultante terá cabimento na dotação orçamental inscrito na rubrica 03.01.01.02 - pessoal do quadro da Direcção-Geral da Indústria e Comércio, do Ministério do Turismo, Indústria e Energia. (Visado pelo Tribunal de Contas em 11 de Novembro de 2010)

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério do Turismo, Indústria e Energia, na Praia, aos 17 de Novembro de 2010. – A Directora, *Juliana Carvalho*.

—oço—

MINISTÉRIO DO TRABALHO,  
FAMÍLIA E SOLIDARIEDADE SOCIAL

Direcção-Geral do Planeamento,  
Orçamento e Gestão

Despacho de S. Ex<sup>a</sup> a Ministra do Trabalho, Família e Solidariedade Social:

De 4 de Março de 2010:

Bruno Encerme Ferreira, licenciado em psicologia com formação inicial de inspectores de trabalho, aprovado no concurso externo e interno para ingresso no quadro privativo do pessoal da Inspeção-Geral do Trabalho, do Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade Social, nomeado, provisoriamente, para exercer o cargo de inspector, referência 13, escalão A do quadro privativo do pessoal da Inspeção-Geral do Trabalho, nos termos previstos no Decreto-Lei nº 91/97 de 31 de Dezembro e da portaria nº 1/2008, de 14 de Janeiro e nº 1 do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93 de 31 de Dezembro.

A despesa tem cabimento na verba inscrita na classificação económica 03.01.04.90 do Orçamento da Inspeção-Geral do Trabalho do Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade Social. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 11 de Outubro de 2010.)

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade Social, na Praia, aos 23 de Novembro de 2010. – A Directora, *Lágida Monteiro*.

**MINISTÉRIO  
DAS COMUNIDADES EMIGRADAS**

**Direcção-Geral do Planeamento,  
Orçamento e Gestão**

Despacho de S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro Adjunto do Primeiro Ministro e das Comunidades Emigradas:

De 22 de Julho de 2010:

É reconduzido ao cargo, António Gomes Mota, para em comissão de serviço, exercer as funções de condutor do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro e das Comunidades Emigradas, nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 3º do Decreto-Legislativo n.º 3/95, de 20 de Junho, conjugados com a alínea b) do artigo 14º da Lei n.º 102/IV/93 de 31 de Dezembro, com efeitos a partir do dia 3 de Março de 2010.

É reconduzido ao cargo, Antónia Maria Gomes Lopes Lima, para em comissão de serviço, exercer as funções de assessora do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro e das Comunidades Emigradas, nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 3º do Decreto-Legislativo n.º 3/95, de 20 de Junho, conjugados com a alínea b) do artigo 14º da Lei n.º 102/IV/93 de 31 de Dezembro, com efeitos a partir do dia 3 de Março de 2010.

É reconduzido ao cargo, Anabela de Fátima Vera Cruz Rodrigues de Jesus Teixeira, para em comissão de serviço, exercer as funções de Directora de Gabinete do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro e das Comunidades Emigradas, nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 3º do Decreto-Legislativo n.º 3/95, de 20 de Junho, conjugados com a alínea b) do artigo 14º da Lei n.º 102/IV/93 de 31 de Dezembro, com efeitos a partir do dia 3 de Março de 2010.

É reconduzido ao cargo, Carmem Liliانا Teixeira Barros Furtado, para em comissão de serviço, exercer as funções de assessora do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro e das Comunidades Emigradas, nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 3º do Decreto-Legislativo n.º 3/95, de 20 de Junho, conjugados com a alínea b) do artigo 14º da Lei n.º 102/IV/93 de 31 de Dezembro, com efeitos a partir do dia 3 de Março de 2010.

É reconduzido ao cargo, Joana Dinamene Querido dos Reis Borges Cardoso, para em comissão de serviço, exercer as funções de assessora do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro e das Comunidades Emigradas, nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 3º do Decreto-Legislativo n.º 3/95, de 20 de Junho, conjugados com a alínea b) do artigo 14º da Lei n.º 102/IV/93 de 31 de Dezembro, com efeitos a partir do dia 3 de Março de 2010.

É reconduzido ao cargo, Elisa Maria Freire Tavares, para em comissão de serviço, exercer as funções de secretária do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro e das Comunidades Emigradas, nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 3º do Decreto-Legislativo n.º 3/95, de 20 de Junho, conjugados com a alínea b) do artigo 14º da Lei n.º 102/IV/93 de 31 de Dezembro, com efeitos a partir do dia 3 de Março de 2010.

É reconduzido ao cargo, Ana Paula de Pina Tavares, para em comissão de serviço, exercer as funções de secretária do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro e das Comunidades Emigradas, nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 3º do Decreto-Legislativo n.º 3/95, de 20 de Junho, conjugados com a alínea b) do artigo 14º da Lei n.º 102/IV/93 de 31 de Dezembro, com efeitos a partir do dia 3 de Março de 2010.

As despesas têm cabimento na verba inscrita na divisão 1º, classificação económica 03.01.01.01, do Orçamento do Gabinete do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro e das Comunidades Emigradas.

Isentos de Visto do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 3, artigo 3º do Decreto-Legislativo n.º 3/95 de 20 de Junho.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério das Comunidades Emigradas, na Praia, aos 22 de Julho de 2010. – O Director-Geral, *Silvino Pires Amador*.

**Instituto das Comunidades**

Despacho de S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente do Instituto das Comunidades:

De 12 de Novembro de 2010:

Odete da Conceição Gomes Correia, licenciada em contabilidade e administração/auditoria, contratada como técnica superior, ao abrigo do disposto no artigo 360º do Decreto-Legislativo n.º 5/2007, de 16 de Outubro coadjuvado com artigo 13º, do Decreto-Regulamentar n.º 7/2001, de Setembro, para desempenhar a função de técnica superior nível XI escalão A.

O presente contracto tem a duração de cinco anos podendo as partes a todo tempo renunciar o contrato mediante aviso prévio de 8 dias.

(Visado pelo Tribunal de Contas no dia 28 de Outubro 2010).

Instituto das Comunidades, na Praia. – O Presidente, *Álvaro Apolo da Luz Pereira*

—oço—

**MINISTÉRIO  
DA EDUCAÇÃO E DESPORTO**

**Direcção dos Recursos Humanos**

Despachos de S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro da Educação e Desporto:

De 25 de Março de 2010:

Eduardo Adilson Camilo Pereira, professor do ensino secundário principal, referência 10 escalão A, nomeado definitivamente no quadro de pessoal da Escola Secundária Luciano Garcia - São Lourenço dos Orgãos, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 19º e alínea f) do n.º 1 III do artigo 39º., ambos do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 13º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Nos termos do n.º 2 do artigo 19º e alínea b) de n.º 1 II do artigo 39º., ambos do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 13º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, são nomeados, definitivamente, no quadro das Delegações do MED abaixo indicadas, os indivíduos a seguir discriminados, na categoria de professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A:

**Delegação de São Domingos**

- 1- Jacinta Sanches Garcia
- 2- Ana Maria Fernandes
- 3- Sandra Manuela Mendonça Frederico
- 4- Honorata Pereira Moreno
- 5- Evaristo Grancinda Ramos

**Delegação de São Filipe**

- 1- Joana Marila Medina Barbosa Fernandes
- 2- Carla Antónia Montrond Martins

**Delegação do Paúl**

- 1- Adilson Conceição Pinto
- 2- Januária Maria Delgado Mota
- 3- Patrícia Helena da Luz Cruz
- 4- Neusa Brito Aniceto

**Delegação de Santa Catarina de Santiago**

- 1- Ernesto Mendes Gonçalves
- 2- Carmém Samira Vaz Rocha

- 3- Dulcelina Moreno Mendes
- 4- Eunice da Cruz Semedo
- 5- Saturnino Lopes Gomes
- 6- Maria Imaculada Ribeiro Monteiro
- 7- Carlita Moreira Monteiro

**Delegação da Praia**

- 1- Ângela Salvadora Varela Semedo
- 2- Ângela do Livramento Correia Vaz
- 3- Ângela Borges Miranda
- 4- Celina Sanches Semedo
- 5- Marcelina Mendes Correia
- 6- Maria Matilde dos Reis Borges Costa da Rosa

**Delegação do Porto Novo**

- 1- Carlita Delgado dos Santos
- 2- Bernardino Costa Dias

**Delegação de Santa Cruz**

- 1- Ernestina Monteiro vieira Afonseca
- 2- Erasmo Carlos Cardoso Semedo
- 3- Clarisse da Veiga Borges
- 4- José Manuel Ramos Tavares
- 5- Nelson da Veiga Lopes

**Delegação do Maio**

- 1- Aline Rosalina Fortes Lima

**Delegação de São Nicolau**

- 1- Albertina Lopes Monteiro
- 2- João dos Santos Morais
- 3- Fernando Dionísio Soares Silva
- 4- Manuel de Barros Neves

**Delegação de São Miguel**

- 1- Silvino Gomes Teixeira

**Delegação da Ribeira Grande de Santo Antão**

- 1- Maria Teresa da Cruz

**Delegação do Sal**

- 1- Lourdes Gomes Rocha

**Delegação dos Mosteiros**

- 1- José Alberto Gonçalves Andrade

Nos termos do n.º 2 do artigo 19º e alínea *d*) de n.º 1 III do artigo 39º., ambos do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 13º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, são nomeados, definitivamente, no quadro dos estabelecimentos de ensino abaixo indicados, os indivíduos a seguir discriminados, na categoria de professor do ensino secundário, referência 8, escalão A:

**Escola Secundária Cónigo Jacinto P. da Costa – Várzea, Praia**

- 1- Filomena Natália Lopes Tavares

**Escola Secundária Manuel Lopes – Calabaceira, Praia**

- 1- Carla Elizabete Gomes Tavares
- 2- Celeste Ambrizete Oliveira dos Santos

**Escola Secundária do Maio**

- 1- Carla Paula Spéncer Pinheiro

**Liceu Amílcar Cabral – Santa Catarina de Santiago**

- 1- Afrânio Augusto Monteiro

**Liceu Domingos Ramos – Praia**

- 1- José Lino da Moura Monteiro

**Escola Secundária Suzete Delgado – Rª Grande, Santo Antão**

- 1- Manuel de Lourdes Santos
- 2- Albertino Baptista Mota

**Escola Secundária José Augusto Pinto - São Vicente**

- 1- Maria Rosa de Jesus Monteiro
- 2- Anilda de oliveira Fonseca

**Escola Salesiana de Artes de Ofícios - São Vicente**

- 1- Nilda Rosa Sousa da Cruz dos Santos

**Escola Secundária Teixeira de Sousa – São Filipe, Fogo**

- 1- Carlos Jorge Monteiro

**Escola Secundária do Coculí - Rª Grande, Santo Antão**

- 1- Maria dos Anjos Neves Vezo

**Escola Secundária Januário Leite – Paúl**

- 1- Miriam Marília Fonseca Silva
- 2- Adilson Silva Fernandes

**Escola Secundária Luciano Garcia – São Lourenço dos Orgãos**

- 1- Elisângela Filomena Semedo Varela

Nos termos do n.º 2 do artigo 19º e alínea *e*) de n.º 1 III do artigo 39º., ambos do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 13º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, são nomeados, definitivamente, no quadro dos estabelecimentos de ensino secundário abaixo indicados, os indivíduos a seguir discriminados, na categoria de professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A:

**Escola Secundária do Maio**

- 1- Carlos Alberto Varela Cabral

**Escola Secundária José Augusto Pinto - São Vicente**

- 1- Sandra Helena Pires Moreira

**Escola Secundária Januário Leite – Paúl**

- 1- Paulo Gorge Amarante Lopes
- 2- Graciano Miranda Brito
- 3- Cátia Patrícia Rocha Sousa

**Escola Secundária Jorge Barbosa – São Vicente**

- 1- Maria Celmira Morais Veríssimo

**Escola Secundária Pol. Cesaltina Ramos – ASA - Praia**

- 1- Marcos Ramos da Graça

**Escola Secundária Regina Silva**

- 1- Ilídio Bruno de Jesus

**Escola Secundária Alfredo da Cruz Silva – Santa Cruz**

- 1- Nelson da Veiga Lopes

As despesas têm cabimento na rubrica 03.01.01.02 – pessoal do quadro do orçamento do MED para 2010 – (sem encargos financeiros adicionais).

Despacho conjunto de S.ª Ex.ª o Ministro da Educação e Desporto e S.ª Ex.ª a Ministra da Juventude e da Presidência do Conselho de Ministros:

De 19 de Outubro de 2010:

Por conveniência de serviço é autorizada Margarida Angelina Silva Spéncer, professora do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, do Liceu Olavo Moniz - Sal, a acumular funções de Coordenadora do Centro de Juventude do Concelho do Sal, Ilha do mesmo nome.

De 6 de Novembro:

Francisco da Moura Semedo, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, do quadro definitivo da Escola Secundária de São Miguel, transferido, por conveniência de serviço, na mesma categoria e situação para a Escola Secundária Carlos Alberto Gonçalves - Picos, nos termos dos números 1 a 10 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir da data do despacho.

Despacho de S. Ex.ª o Director-Geral de Planeamento Orçamento e Gestão:

De 21 de Junho de 2010:

Paul Moreno, professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, do quadro definitivo do Liceu Domingos Ramos, em regime de requisição na Universidade de Cabo Verde, reequadrado na categoria de professor do ensino secundário principal, referência 10, escalão A, na sequência de aquisição do mestrado em letras, nos termos da alínea f) do n.º 1 III do artigo 39.º e artigo 41.º, todos do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir do regresso às funções de origem.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 20 de Outubro de 2010.)

De 8 de Julho:

Alexandra Cabral de Brito, monitora especial, referência 5, escalão C, em exercício de funções na Delegação do MED do Concelho de Santa Catarina, reformulado o contrato na categoria de professora do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, na sequência da aquisição do curso de formação de professores do ensino básico, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 II do artigo 39.º e artigo 37.º, todos do Decreto-Legislativo n.º 2/2004 de 29 de Março.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 14 de Outubro de 2010.)

Dilma Maria Furtado Fortes, monitora especial, referência 5, escalão C, em exercício de funções na Delegação do MED do Concelho de Santa Catarina, reformulado o contrato na categoria de professora do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, na sequência da aquisição do curso de formação de professores do ensino básico, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 II do artigo 39.º e artigo 37.º, todos do Decreto-Legislativo n.º 2/2004 de 29 de Março.

Cátia Marisia Lucas Lopes, monitora especial, referência 5, escalão C, em exercício de funções na Escola Secundária José Augusto Pinto, reformulado o contrato na categoria de professora do ensino secundário adjunto, referência 7, escalão A, na sequência da aquisição do bacharelato em biologia, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 III do artigo 39.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004 de 29 de Março.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 13 de Outubro de 2010.)

De 26 de Julho:

Maria Helena da Luz dos Santos, monitora especial, referência 5, escalão C, em exercício de funções na Escola Salesiana - Mindelo, reformulado o contrato na categoria de professora do ensino secundário de primeira,

referência 9, escalão A, na sequência de aquisição de licenciatura em estudos franceses, ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 III do artigo 39.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004 de 29 de Março.

As despesas têm cabimento na rubrica - 03.01.04.04 - reclassificações do orçamento do Ministério da Educação e Desporto.

## RECTIFICAÇÃO

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 45 II Série, de 10 de Novembro de 2010, o despacho de S. Ex.ª o Director-Geral de Planeamento Orçamento e Gestão (por delegação de competências), de 22 de Julho de 2010, referente o reequadramento de Jorge Manuel Monteiro Lopes, professor do ensino secundário, referência, 8, escalão A, da Escola Secundária Manuel Lopes - Calabaceira, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

José Manuel Monteiro Lopes...

Deve ler-se:

Jorge Manuel Monteiro Lopes...

Direcção de Recursos Humanos do Ministério da Educação e Desporto, na Praia, aos 15 de Novembro de 2010. – O Director, *José Avelino Rodrigues de Pina*.

## Instituto Pedagógico

Despacho de S. Ex.ª o Ministro da Educação e Desporto:

De 20 de Julho de 2010:

Teresa Carvalho Silva Borges, professora assistente II escalão B, de nomeação definitiva da Escola de Formação de Professores do Ensino Básico da Praia - Instituto Pedagógico, na sequência da aquisição de novas habilitações, que lhe confere grau de mestre, fica enquadrada na categoria de professora assistente graduado III escalão A, ao abrigo do disposto nos artigos 11.º e 25.º do Decreto-Legislativo n.º 82/2005, de 12 de Dezembro.

A despesa tem cabimento na rubrica 03.01.01.02 - reclassificações do orçamento de funcionamento do Instituto Pedagógico. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 13 de Outubro de 2010).

De 16 de Agosto:

João Moreira Lopes dos Santos, professor assistente III escalão A, de nomeação definitiva da Escola de Formação de Professores de Assomada - Instituto Pedagógico, é transferido da referida Escola para a Escola de Formação de Professores da Praia.

Instituto Pedagógico de Cabo Verde, na Praia, aos 30 de Setembro de 2010. – A Presidente, *Tereza Carvalho Silva Borges*.

—oço—

## MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E CULTURA

### Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Despacho de S. Ex.ª a Ministra do Ensino Superior, Ciência e Cultura:

De 28 de Julho de 2010:

Charles Samson Comlanvi Akibodé, técnico superior de primeira, referência 14, escalão C, do quadro do pessoal do Instituto da

Investigação e do Património Culturais, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de assessor da Ministra do Ensino Superior, Ciência e Cultura, nos termos previstos no artigo 3.º números 1 e 3, do Decreto-Legislativo n.º 3/95, de 20 de Junho, conjugado com o artigo 14.º, alínea b), da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2010.

De 10 de Setembro:

Maggy Fragoso, licenciada em física e doutora em física médica, nomeada, para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de assessora da Ministra do Ensino Superior, Ciência e Cultura, nos termos previstos no artigo 3.º, números 1 e 3, do Decreto-Legislativo n.º 3/95, de 20 de Junho, conjugado com o artigo 14.º, alínea b), da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Setembro.

Os encargos correspondentes serão suportados pela dotação inscrita no código económico 03.01.01.01 - pessoal do quadro especial, do orçamento em execução do Gabinete da Ministra do Ensino Superior, Ciência e Cultura.

Direcção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura, na Praia, aos 28 de Setembro de 2010. — O Director-Geral, *Alberto Silva Ramos*

## CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL

### Secretaria

Despacho de S. Ex<sup>a</sup> o Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial, no uso da delegação de poderes:

De 11 de Novembro de 2010:

Ângela Cristina Marques Rodrigues, juiz de direito de 3ª classe, escalão A, índice 140, e Leonel Rodrigo Gomes Tavares, juiz adjunto principal, escalão A, índice 134, ambos do quadro da Magistratura Judicial, juizes auxiliares do 1.º, 2.º e 3.º Juízos Criminais do Tribunal da Comarca de 1ª Classe da Praia, são designados para exercer as funções de substitutos do juiz do Juízo de Família e Menores e do Juízo de Trabalho do mesmo Tribunal, com efeitos imediatos.

Ass.) *Arlindo Almeida Medina* - Presidente,

Está conforme.

Secretaria do Conselho Superior da Magistratura Judicial, na Praia, aos 30 de Setembro de 2010. — O Secretário, *Boaventura Borges Semedo*.



## BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.  
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09  
Email: [incv@gov1.gov.cv](mailto:incv@gov1.gov.cv)  
Site: [www.incv.gov.cv](http://www.incv.gov.cv)

### AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

### ASSINATURAS

Para o país:

	Ano	Semestre
I Série .....	8.386\$00	6.205\$00
II Série.....	5.770\$00	3.627\$00
III Série .....	4.731\$00	3.154\$00

Para países estrangeiros:

	Ano	Semestre
I Série .....	11.237\$00	8.721\$00
II Série.....	7.913\$00	6.265\$00
III Série .....	6.309\$00	4.731\$00

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página ..... 15\$00

### PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página .....	8.386\$00
1/2 Página .....	4.193\$00
1/4 Página .....	1.677\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

**PREÇO DESTE NÚMERO — 120\$00**